Revista Pensar a Prática | ISSN: 1980-6183 DOI 10.5216/rpp.v29.86231

Artigos Originais

Lições fundamentais de *O Normal e o Patológico*[1]

Fundamental lessons from *The Normal and the Pathological*

Lecciones fundamentales de *Lo Normal y lo Patológico*

Beatriz Ayko Vieira Nakamura
Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista, São Paulo, Brasil
E-mail: beatriz.nakamura@unifesp.br

Helton Saragor de Souza
Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista, São Paulo, Brasil
E-mail: hs.souza@unifesp.br

Resumo: O presente artigo analisa lições fundamentais extraídas do pensamento de Georges Canguilhem na obra *O Normal e o Patológico* (2009) e sua recepção crítica no desenvolvimento da Saúde Coletiva brasileira. Trata-se de uma pesquisa teórica que articula o estudo da obra e a revisão bibliográfica de autores de referência nacional. O material foi organizado com base em lições que examinam a desnaturalização dos objetos da ciência, a diferenciação qualitativa entre saúde e doença, o vitalismo, os conceitos de norma e normatividade e o estatuto da clínica. Os resultados revelam que o legado de Canguilhem atua como um mediador indispensável para a formação e as práticas em saúde, ao subsidiar teses de autores pioneiros da Saúde Coletiva e práticas de cuidado que centralizam o sujeito.

Palavras-chave: saúde coletiva; filosofia; capacitação profissional; prática profissional.

Abstract: This article analyzes fundamental lessons drawn from Georges Canguilhem's thought in the work *The Normal and the Pathological* and its critical reception in the development of Brazilian Collective Health.

1 O presente trabalho contou com apoio financeiro por meio de bolsa de pesquisa de iniciação científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), de dezembro de 2022 a janeiro de 2025.

This is a theoretical research that articulates the study of the work and a literature review of national reference authors. The material was organized based on lessons that examine the denaturalization of the objects of science, the qualitative differentiation between health and disease, vitalism, the concepts of norm and normativity, and the status of the clinic. The results reveal that Canguilhem's legacy acts as an indispensable mediator for health training and practices, by subsidizing the theses of pioneering authors in Collective Health and care practices that center on the subject.

Keywords: public health; philosophy; professional training; professional practice.

Resumen: El presente artículo analiza lecciones fundamentales extraídas del pensamiento de Georges Canguilhem en la obra *Lo Normal y lo Patológico* y su recepción crítica en el desarrollo de la Salud Colectiva brasileña. Se trata de una investigación teórica que articula el estudio de la obra y la revisión bibliográfica de autores de referencia nacional. El material fue organizado a partir de lecciones que examinan la desnaturalización de los objetos de la ciencia, la diferenciación cualitativa entre salud y enfermedad, el vitalismo, los conceptos de norma y normatividad y el estatuto de la clínica. Los resultados revelan que el legado de Canguilhem actúa como un mediador indispensable para la formación y las prácticas en salud, al subsidiar tesis de autores pioneros de la Salud Colectiva y prácticas de cuidado que centralizan al sujeto.

Palabras-clave: salud pública; filosofía; capacitación profesional; práctica profesional.

Submetido em: 17/05/2026
Aceito em: 31/07/2026

1 Introdução

O presente artigo tem como objeto de estudo as lições fundamentais do pensamento epistemológico de Georges Canguilhem e suas profundas implicações para a teorização sobre o corpo e o processo saúde-doença. O núcleo dessa herança filosófica reside na desconstrução de uma definição ontológica ou exclusivamente biológica do organismo humano ou da patologia, demonstrando que os pressupostos filosóficos, como uma realização sócio-histórica do conhecimento, orientam diretamente os objetos, os métodos e as conclusões do conhecimento científico. O estudo debruça-se sobre a proposta de Canguilhem de estabelecer premissas filosóficas alternativas às ciências da saúde, sobretudo no enfrentamento dos postulados do positivismo, conferindo centralidade à vida dos sujeitos e reconhecendo que os estados considerados normais ou patológicos são caracterizados pela experiência qualitativa e vivencial dos indivíduos concretos.

O presente artigo assume como núcleo analítico a associação teórica entre as lições fundamentais da obra *O Normal e o Patológico* (2009) e a sua apropriação crítica, que se tornaram fundamentos na origem e no desenvolvimento do campo da Saúde Coletiva. Desse modo, o estudo desenvolve seu percurso em dois momentos: o primeiro se dedica à leitura e à síntese do texto original; o segundo aborda os principais desdobramentos gerados pela incorporação dos postulados fundamentais de Canguilhem pelos autores do referido campo. Por meio desse desenho, desvela-se como as teses da obra são constituidoras das discussões sobre o processo saúde-doença, que se configuram como o debate basilar desse campo interdisciplinar.

Assim, o objeto de estudo delineia-se não apenas no resgate do arcabouço conceitual do filósofo, mas também nas mediações teóricas que os autores do cenário intelectual brasileiro estabeleceram para subsidiar tanto reflexões teóricas quanto movimento de reforma e renovação das práticas de cuidado de saúde. O significado da incorporação das ideias centrais de *O Normal e o*

Patológico (Canguilhem, 2009) no contexto brasileiro tem interpretações diversas, sobretudo relacionado ao tratamento da dimensão sócio-histórica: Coelho e Almeida Filho (1999) analisam que as produções pioneiras, baseadas numa perspectiva marxista, estabeleceram uma crítica filosófica do pensamento em saúde tradicional, e a referência a Canguilhem teria o propósito de camuflar a base teórica marxista das produções, considerando o momento histórico de intensa repressão política e censura. Em contraponto, Ayres (2016) aponta que a incorporação acompanha o projeto acadêmico desde sua gênese, que permitiu a historicização e a construção social das ciências vinculadas ao corpo e à vida, sustentando os impulsos renovadores do movimento da época sem que seus atores precisassem negar a instrumentalidade das ciências médicas e sanitárias.

A relevância de estudar essas lições na atualidade justifica-se pela necessidade premente de tensionar o processo formativo e as práticas contemporâneas em saúde, os quais permanecem majoritariamente ancorados no modelo positivista e biomédico tradicional. Essa racionalidade técnica e estatística permanece significativa em diretrizes curriculares das profissões da saúde (González; Almeida, 2010), gerando um descompasso estrutural: os estudantes são expostos a uma vastidão de conhecimentos científicos e técnicos, assim como a nosologia tem centralidade no conjunto dos diagnósticos e das terapêuticas que colocam a formação alicerçada sobre a configuração da patologia como ponto de partida, mas o cotidiano laboral subsequente exige a relação junto aos indivíduos concretos inseridos em contextos sociais complexos. Investigar a crítica de Canguilhem constitui, assim, um dispositivo teórico crucial para a área de ensino em saúde, pois oferece a estudantes e profissionais uma ferramenta conceitual capaz de mediar o conhecimento técnico-científico e a realidade vivencial.

2 Objetivos

O objetivo geral deste estudo consiste em analisar as contribuições conceituais da obra *O Normal e o Patológico* (2009), de Georges Canguilhem, acerca do corpo e do processo saúde-doença. Além disso, o estudo associa a mediação teórica realizada pelo campo da Saúde Coletiva, estruturando esta investigação em dois momentos interdependentes. No primeiro momento, o percurso analítico dedica-se a abordar a obra de Canguilhem como clássico fundamental do pensamento em saúde do século XX, resgatando suas lições essenciais sobre a desconstrução do modelo biomédico quantitativo e as formulações basilares acerca da concepção qualitativa de saúde e doença. No segundo momento, o foco desloca-se para a investigação de teóricos posteriores, examinando a incorporação à produção da Saúde Coletiva. Dessa forma, o objetivo consolida-se em desvelar a elaboração crítica dessa recepção, demonstrando como o arcabouço conceitual do autor foi mobilizado para subsidiar teoricamente a renovação das práticas de cuidado e a formação profissional no campo.

3 Metodologia

A pesquisa teórica sobre uma obra clássica exige decisões autorais quanto aos aspectos prioritários a serem abordados, público-alvo e resultados pretendidos, configurando uma combinação de escolhas metodológicas. Diante disso, este estudo priorizou a construção de Canguilhem sobre o processo saúde-doença, em detrimento de uma reconstrução exaustiva dos esforços de epistemologia histórica direcionada à medicina dos séculos XIX e XX que subsidiaram a crítica original do autor. Esse empreendimento demonstra diretamente como tais formulações funcionam como categorias operacionais para a interpretação dos objetos da saúde. Sob o cuidado de não destituir a obra de sua profundidade, o manuscrito assume um caráter de mediação pedagógica e conceitual: preserva-se a densidade e a integridade das teses centrais do

filósofo sem a necessidade de exaurir todas as nuances do contexto intelectual positivista da medicina moderna que ele tomou como objeto de crítica. Trata-se, portanto, de uma interpretação direcionada sobre o conjunto da obra, que resguarda o rigor analítico ao mesmo tempo em que socializa e potencializa a sua apropriação para estudantes e profissionais de saúde, possibilitando aos leitores o acesso introdutório aos pilares do pensamento de Canguilhem e dos debates posteriores à obra.

Do ponto de vista operacional, o desenho metodológico pautou-se na articulação entre a leitura da obra *O Normal e o Patológico* (Canguilhem, 2009) e a revisão bibliográfica das formulações posteriores nos estudos centrais da Saúde Coletiva que se dedicaram à sua recepção crítica. A seleção do *corpus* bibliográfico de autores delimitou-se a produções de referência histórica e conceitual no campo, contemplando os trabalhos de Arouca (2003), Donnangelo e Pereira (1979), Coelho e Almeida Filho (1999), Portocarrero (2009) e Ayres (2016).

Para abordar a complexidade da obra nesta síntese, o desenvolvimento foi organizado didaticamente por meio de cinco lições introdutórias subsequentes, complementadas pelos seus desdobramentos teóricos posteriores na Saúde Coletiva. O critério de categorização e sequenciamento dessas lições obedeceu a um encadeamento lógico-conceitual progressivo, extraído da estrutura argumentativa da obra: partiu-se da crítica aos fundamentos filosóficos do positivismo para, em seguida, fixar os principais aspectos da crítica de Canguilhem à identidade quantitativa entre o normal e o patológico. As lições seguintes foram estruturadas para desnaturalizar a produção científica, delimitar a concepção das ciências da vida e a experiência vivida do sujeito, abordar a distinção entre anomalia e doença sob uma perspectiva antirreducionista, apresentar a dimensão relacional entre o indivíduo e o meio e, por fim, expor as reflexões sobre a normatividade. Desse modo, o percurso analítico encerra-se com a discussão do aspecto da clínica como um ponto de chegada para a reflexão sobre as práticas em saúde.

4 Resultados e discussão: as cinco lições epistemológicas e suas repercussões críticas

4.1 Lição 1: a desnaturalização dos objetos da ciência e o estatuto do saber médico

O contexto de surgimento de *O Normal e o Patológico* é marcado pelo intuito do autor de "deixarem aberta a porta filosófica" (Canguilhem, 2009, p. 5). Previamente formado em Filosofia, suas bases partem da epistemologia histórica francesa (Bachelard, 2006). Compreendendo a epistemologia como o "estudo geral dos métodos, história, critérios, funcionamento e organização do conhecimento sistemático, seja ele especulativo ou científico" (Castañon, 2007, p. 13), depreende-se que as produções científicas são realizadas conforme suas condições sociais e históricas. O mesmo ocorre com a medicina na modernidade: Canguilhem (2009, p. 55) analisa essa premissa ao afirmar que "a medicina existe porque há homens que se sentem doentes, e não porque existem médicos que os informam de suas doenças". A primeira lição da obra estrutura-se, assim, na desnaturalização dos objetos da ciência, situados como produtos do pensamento humano. Logo, as dimensões do orgânico, da fisiologia e de suas leis de funcionamento não são meras descrições da realidade, mas elaborações baseadas em premissas filosóficas positivistas, distantes da neutralidade que se propõem.

Canguilhem (2009) reflete sobre a definição de Claude Bernard, para quem a fisiologia surge como a ciência da vida. O autor pondera que a fisiologia é um conhecimento limitado e argumenta que a medicina se conecta a diversos aspectos da "arte de viver" em suas múltiplas manifestações, configurando-se, de fato, como uma verdadeira ciência da vida. Mais adiante, ele formula que se a vida se transforma em objeto da ciência, ela se torna, essencialmente, um objeto. Como parte da natureza interdisciplinar da obra – que consiste em uma investigação filosófica erguida sobre as referências das ciências médicas –, o texto transita por domínios da história,

da demografia e da epidemiologia. A grande virada metodológica opera-se na abordagem do objeto, pela qual Canguilhem (2009) demonstra os limites do isolamento disciplinar submetido ao pressuposto reducionista do positivismo.

Essa discussão sobre a "ciência da vida" foi apropriada e ressignificada pelos autores pioneiros que criticavam os modelos da medicina comunitária (Donnangelo; Pereira, 1979) e preventiva (Arouca, 2003). O desdobramento dessa crítica resultou na defesa de que os fenômenos de saúde e de doença exigem o empreendimento de conhecimentos interdisciplinares. Assim, a interdisciplinaridade da Saúde Coletiva – estruturada em três grandes áreas: epidemiologia; ciências sociais e humanas; e política, planejamento e gestão em saúde (Campos, 2000) – parte da crítica ao escopo estritamente disciplinar da medicina. Nesse cenário, a incorporação de Canguilhem manifesta-se: no levantamento das necessidades coletivas pela epidemiologia; na abordagem dos indivíduos em seus grupos, classes e historicidades pelas ciências sociais; e na organização dos serviços de saúde pelo planejamento, colocando o sujeito como o núcleo central das ciências da vida.

4.2 Lição 2: a diferenciação qualitativa entre o normal e o patológico e o tensionamento do reducionismo

A segunda lição introdutória diz respeito à diferenciação qualitativa entre o normal e o patológico, com base na disjuntiva filosófica das ciências da saúde e da vida. Por reconhecer os limites dos achados positivistas, Canguilhem (2009) inaugura uma visão alternativa, qualitativa e relacional, regida pela própria vida do sujeito que requisita o conhecimento médico, sintetizada na máxima: "é o *pathos* que condiciona o *logos* porque é ele que o chama. É o anormal que desperta o interesse teórico pelo normal" (Canguilhem, 2009, p. 149). A partir desse momento, portanto, encontram-se duas premissas diferentes em saúde, em conflito até hoje quando se pensa sobre o conjunto dos objetos e temas de pesquisa e intervenção. Grosso modo, as explicações deterministas orgânicas e fisiologistas se confrontam com as explicações relacionais.

A centralidade da vida na concepção de normal e de patológico de Canguilhem deriva da argumentação de que a prática da medicina não é uma ciência da saúde, mas sim da vida. O autor explicita que:

> [...] a medicina existe como arte da vida porque o vivente humano considera, ele próprio, como patológicos – e devendo, portanto, ser evitados ou corrigidos – certos estados ou comportamentos que, em relação à polaridade dinâmica da vida, são apreendidos sob a forma de valores negativos (Canguilhem, 2009, p. 80).

A mudança de objeto operada por Canguilhem (2009) é direcionada à vida, porque a delimitação possível na diferença entre o normal e o patológico é a alteração de valor vital que é imposta pela doença ao sujeito. Sob esse prisma, o patológico é realmente anormal, mas este não é essencialmente patológico, configurando-se como tal quando há percepção direta e concreta de sofrimento, de impotência, de vida contrariada – a doença não se encontra no anormal fisiológico, mas é anormal no curso de vida.

Essa recusa da determinação puramente quantitativa embasa a reflexão de Canguilhem (2009) que fundamenta a impossibilidade de determinação científica do conceito de norma, e precisamente por isso é possível depreender seu sentido histórico, de modo que a historicidade se torna eminentemente heurística e uma "regra de pesquisa" para a reflexão científica. Em termos mais diretos, a fisiologia busca mensurar um valor diante da realidade dos corpos; as atribuições de excesso ou insuficiência têm sentido na relação com a vida em curso, logo, a norma definida *stricto sensu* no parâmetro quantitativo matemático ou estatístico é impossível porque é relacionada à dimensão valorativa do sujeito e da vida.

No Brasil, Donnangelo e Pereira (1979) fundamentam-se na crítica de Canguilhem ao analisarem que a medicina não se encerra em si mesma, ela transforma objetos que estão fora de seu próprio estatuto. Os autores retomam o filósofo francês na propo-

sição de que não existe, na fisiologia, uma definição ontológica de doença e que a vida dos indivíduos caracteriza os estados considerados normais ou patológicos, ou seja, a medicina fundamentaria seu desenvolvimento científico com base em uma redução do sujeito a sua condição anátomo-fisiológica.

4.3 Lição 3: a dimensão relacional entre sujeito e meio e a centralidade do vitalismo

A terceira lição introdutória da obra constitui-se com base na compreensão de que a vida rege a relação entre sujeito e meio e, portanto, conforma a concepção de saúde. Canguilhem (2009, p. 95) elabora que "o ser vivo e o meio, considerados separadamente, não são normais, porém é sua relação que os torna normais um para o outro". Esse raciocínio reposiciona o organismo como ser vivo que não mantém uma relação harmônica preestabelecida com o meio, de modo que o estado patológico passa a ser estabelecido pelo sofrimento, e não por medidas de desvio (Portocarrero, 2009). Essa relação desarmônica é primeiramente desenvolvida sob a dimensão biológica e, posteriormente, ampliada para a dimensão mais ampla de curso de vida. A concepção relacional de saúde vinculada ao meio demonstra pertinência para o entendimento conceitual e prático da relação entre os indivíduos e a natureza, e não desses como organismos atomizados.

Com base nessa concepção qualitativa e relacional, configuram-se duas dimensões decorrentes do vitalismo: a da natureza (a fisiologia no meio natural) e a da vida em sociedade (aspecto explorado pelos autores posteriores). Para ilustrar essa dimensão relacional, o autor exemplifica que um sujeito com astigmatismo ou miopia seria considerado normal numa sociedade agrícola ou pastoril, mas anormal na marinha ou na aviação (Canguilhem, 2009). Tal elucidação ressalta que se não há restrição da vida em sua dinamicidade, o sujeito não terá a experiência da doença.

A discussão sobre as normatividades desenvolve-se ao relacionar os meios de vida, as atividades e as condições concretas dos sujeitos, configurando, com base nessa dinâmica, as relações de normalidade ou de anormalidade. Desse modo, a experiência do indivíduo com o ambiente é intermediada pela energia vital dispensada no manejo das circunstâncias cotidianas. Canguilhem (2009, p. 232) elucida essa relação ao postular que:

> Nessas condições, o normal e o anormal são determinados não tanto pelo encontro de duas séries causais, independentes – o organismo e o meio –, mas, sobretudo, pela quantidade de energia de que o agente orgânico dispõe para delimitar e estruturar esse campo de experiências e de empreendimentos a que chamamos nosso meio. Mas – perguntar-se-á –, como acharíamos a medida dessa quantidade de energia? Essa medida deve ser procurada apenas na história de cada um de nós. Cada um de nós fixa suas normas ao escolher seus modelos de exercício.

A abertura teórica do autor para abordar a individualidade diante da ação e a pluralidade normativa entre os sujeitos – perceptível tanto no curso de vida quanto nas distintas ocupações – ganha contornos práticos quando ilustrada por meio do desempenho físico. A metáfora dos atletas é mobilizada para evidenciar a plasticidade e o caráter dinâmico que regem o conjunto das atividades humanas:

> A norma do corredor de fundo não é a mesma do sprinter. Cada um de nós muda suas próprias normas, em função da idade e de suas normas anteriores. A norma do antigo sprinter não é mais sua norma de campeão. É normal, isto é, conforme à lei biológica do envelhecimento, que a redução progressiva das margens de segurança acarrete a diminuição dos níveis de resistência às agressões do meio. As normas de um velho seriam consideradas como deficiências do mesmo homem, quando adulto. Esse reconhecimento da

> relatividade individual e cronológica das normas não representa um ceticismo diante da multiplicidade, e sim tolerância diante da variedade (Canguilhem, 2009, p. 232).

Essa relação ampara a reflexão central para Canguilhem do lugar do vitalismo, perspectiva que "afirma a necessidade de um princípio irredutível do domínio físico-químico para explicar os fenômenos vitais" (Portocarrero, 2009, p. 105). Canguilhem (2009) argumenta que, no conhecimento da vida, existem fenômenos que a separam dos saberes da física e da química, e conhecê-la depende de questionamentos sobre doença, morte, anomalia e erro, transparecendo a importância epistemológica do vitalismo na seguinte passagem:

> É a própria vida, pela diferença que estabelece entre seus comportamentos propulsivos e seus comportamentos repulsivos, que introduz na consciência humana as categorias de saúde e de doença. [...]. O médico tomou, explicitamente, o partido do ser vivo; ele está a serviço da vida, e é a polaridade dinâmica da vida que ele expressa, quando fala em normal e em patológico (Canguilhem, 2009, p. 160).

Essa abordagem vitalista e centrada nos "modos de andar a vida" foi assimilada por Arouca (2003), ao analisar que o cuidado médico se ocupa das necessidades humanas nos processos de vida, vistas como as próprias condições de saúde e de doença. O autor tensiona e amplia o pensamento de Canguilhem ao propor uma dupla determinação para o surgimento das necessidades de saúde: por um lado, a própria determinação vital da doença que interrompe um curso e, por outro lado, a dimensão social da necessidade que se faz por meio da determinação dos usos dos valores vitais na vida (condição histórica da experiência dos homens), alterando e modificando esses valores e determinando quais situações requerem cuidados (Arouca, 2003). Almeida-Filho (2004), numa proposta de atualização teórica sobre a determinação social do processo saúde-doença, aponta que as produções brasileiras

se diferenciavam de outros autores marxistas da América Latina, porque as primeiras conferiam ênfase à discussão dos modos de vida pela incorporação de Canguilhem.

4.4 Lição 4: o caráter ideal de norma e a concepção de normatividades

Na quarta lição introdutória, parte-se das elaborações de Canguilhem (2009) sobre o conceito de norma que, apesar de não ser definido, é descrito como um parâmetro, uma construção ideal e almejada, aproximada de uma abstração. A norma desempenha o papel de desvalorizar uma existência para permitir sua correção, comparando o real a valores qualitativamente positivos ou negativos. Canguilhem (2009) analisa que, por uma confusão etimológica, a medicina atribuiu sentido descritivo ao anormal (referente a valor) e normativo à anomalia (designação de um fato), invertendo seus significados originais. O autor elabora que o normal é um conceito normativo que se relaciona à norma à qual se reporta e atende às demandas da vida, aproximando-se de um julgamento de valor, não de fato (Canguilhem, 2009; Souto, 2022).

Canguilhem (2009) reflete que os parâmetros de normatividade do ser vivo se projetam sobre toda a natureza viva que é tratada na consciência humana, portando valores como a tendência humana ao aperfeiçoamento. O entendimento filosófico de normativo seria "qualquer julgamento que aprecie ou qualifique um fato em relação a uma norma" (Canguilhem, 2009, p. 80), e esse julgamento está subordinado àquele que institui as próprias normas. Igualar o normal e a normatividade significa definir o patológico como expressão de uma potência normativa constrangida, não mais como desvio de um padrão objetivo (Bezerra Jr., 2006). A normatividade vital diz respeito à instituição de novas normas, ao passo que a normalidade se trata da própria capacidade de instituí-las (Portocarrero, 2009), sendo a saúde caracterizada por esta última (Canguilhem, 2009).

Embora as normas operem como categorias do conhecimento e produtos do pensamento humano, Canguilhem (2009) opera uma distinção fundamental entre os domínios da normatividade biológica, vital e social. A primeira manifesta-se como a capacidade de reagir às adversidades, tolerar infrações e instituir novas normas de funcionamento frente às agressões ambientais ou aos constrangimentos da doença, demonstrando que a saúde não é uma estabilidade estática, mas dinâmica de movimento e adaptação. A segunda refere-se à vida do próprio ser vivo frente ao meio e institui valores qualitativos na experiência da existência. Destaca-se a terceira, a normatividade social, a qual se diferencia dessas instâncias por não emergir de uma necessidade orgânica ou propriamente do curso de vida dos sujeitos, mas sim de "exigências" culturais e sociais. Canguilhem (2009) reflete acerca dessa dimensão ao analisar o padrão de mortalidade de determinadas sociedades na história, evidenciando que os índices demográficos e epidemiológicos traduzem o grau de tolerância e os imperativos normativos de uma época. Embora a exposição do autor sobre a normatividade social possua um caráter introdutório no escopo original de sua obra, o apontamento de que as relações sociais engendram as dinâmicas normativas e impõem padrões externos relacionados aos corpos configurou a abertura de uma ampla avenida teórica. Esse flanco analítico permitiu que autores subsequentes desvelassem como as estruturas políticas, as forças econômicas e os dispositivos institucionais agem sobre os indivíduos, convertendo a vida em objeto de intervenção social.

No cenário brasileiro, Donnangelo e Pereira (1979), em diálogo com Boltanski (1979), partem desse conceito de normatividade social para argumentar que o corpo adquire seu significado na estrutura histórica da produção, determinado pelas formas como os corpos são utilizados e pelos padrões de ação física a que deverão se ajustar, evidenciando que o corpo socialmente investido não é homogêneo. As formas de normatividade social servem para a reflexão de processos de medicalização contemporâneos. Bezerra Jr. (2006) agrega à discussão a noção de que ideais de performance

física e mental são produzidas pelo discurso da "saúde perfeita", transformando em patologia praticamente tudo o que impeça o indivíduo de atingir suas exigências. Nesse sentido, o *pathos* passa a ser tratado pela racionalidade médica apenas como um desvio de funcionamento ideal do indivíduo ou falha em seu desempenho, sendo esvaziado de sua aura existencial e relacional para se tornar um mero erro quantitativo passível de correção técnica.

4.5 Lição 5: a discussão da clínica como técnica ou arte restauradora do normal

A quinta lição estabelece-se conforme a argumentação de Canguilhem (2009) de que a clínica não é uma ciência devido à sua indissociabilidade da terapêutica, considerada por ele uma técnica de instauração ou restauração do normal, que satisfaz uma necessidade subjetiva de saber que uma norma está instaurada. Concomitante à sua prática intervencionista com base na normatividade fisiológica médica, a clínica visa à restauração da normalidade vital do sujeito num aspecto qualitativo. Essa configuração de papéis é contraditória, à medida que formalmente a norma utilizada na clínica clássica trata-se daquela estabelecida pela fisiologia que, utilizando preceitos do positivismo, tem como consequência a anulação de outras formas de vida, devido à sua "convicção de poder restaurar cientificamente o normal é tal que acaba por anular o patológico" (Canguilhem, 2009, p. 12).

Essa dinâmica revela o esquecimento descrito pelo autor: a clínica clássica desconsidera que a noção de doença utilizada tem sua origem na experiência dos sujeitos em suas relações com o meio e consigo mesmos ao passarem pela experiência de estarem doentes. Essa contradição da clínica é resgatada pelos autores da Saúde Coletiva como eixo mediador para a intervenção prática. Donnangelo e Pereira (1979) observam que, embora a medicina seja caracterizada à primeira vista como mera prática

técnica com sustentação científico-tecnológica, o corpo e o meio físico transcendem a técnica por serem socialmente determinados, possuindo objetos fora dela, na estrutura econômica e política das sociedades.

A crítica epistemológica da obra *O Normal e o Patológico* (Canguilhem, 2009) permanece contrastante à concepção biomédica puramente mecânica. Conforme sintetiza Ayres (2016), a apropriação das lições de Canguilhem permitiu ao campo da Saúde Coletiva estruturar uma crítica que reconduz os indivíduos e seus cursos de vida à centralidade do cuidado, apresentando os conceitos do filósofo francês não como uma erudição abstrata e estéril, mas como mediadores dos conhecimentos técnico-científicos indispensáveis para uma intervenção em saúde humanizada, relacional e politicamente engajada.

5 Considerações Finais

O percurso analítico trilhado neste artigo cumpre o objetivo de efetuar uma articulação teórica entre as lições fundamentais de *O Normal e o Patológico* e a sua recepção crítica no campo da Saúde Coletiva brasileira. A desconstrução do modelo biomédico quantitativo e do reducionismo estatístico, operada com base nesse legado, demonstra que a crítica à redução da saúde à mera dimensão da fisiologia constitui o fundamento indispensável para a consolidação de uma visão interdisciplinar sobre o corpo e o processo saúde-doença. Do mesmo modo, o debate acerca das concepções de normalidade e patologia evidencia a impossibilidade de uma definição operada de forma exclusiva e neutra pela ciência, ofertando o suporte conceitual para o desenvolvimento do protagonismo da vida dos sujeitos na estipulação de seus próprios estados vitais. Ademais, a concepção relacional de saúde, indissociável de suas trocas dinâmicas com o meio, demonstra centralidade teórica e prática ao reposicionar os indivíduos em sua interação com a natureza e com as circunstâncias externas, afastando a ilusão de um organismo isolado em laboratório.

A discussão sobre a normatividade, com especial ênfase na normatividade vital como potência intrínseca do vivente, e posteriormente, da normatividade social, configura o alicerce epistemológico que subsidiou a contribuição dos autores pioneiros da Saúde Coletiva à produção crítica latino-americana voltada às relações sócio-históricas do processo saúde-doença, consolidada sob a vertente teórica da determinação social da saúde. Desse modo, embora Canguilhem não tenha tomado como objeto direto as estruturas político-econômicas que regem a vida social, seus apontamentos e reflexões teóricas foram férteis para que intelectuais dos séculos XX e XXI adicionassem uma análise crítica situada nas determinações do meio e na formulação da normatividade social da saúde em grupos inseridos na sociedade capitalista.

Por fim, a problematização do estatuto da clínica, afastando-a de uma perspectiva estritamente técnica e científica, oferece as bases conceituais para estruturar relações de cuidado que coloquem o sujeito como protagonista da produção de sua saúde, e não como mero portador de uma disfunção orgânica ou condição fisiológica. Introduzir o pensamento do autor e os elementos fundamentais de sua obra para estudantes, pesquisadores e trabalhadores da saúde cumpre, portanto, uma função pedagógica crucial que eleva o propósito inicial deste trabalho.

Esse empreendimento possibilita que a formação técnico-científica ofertada e o exercício das respectivas profissões nos serviços de saúde sejam permeados pela criticidade, desnaturalizando os objetos científicos vistos como patológicos ou normais. Conclui-se que o legado de Canguilhem atua como um mediador conceitual indispensável, permitindo aos futuros profissionais reconhecerem que as categorias biológicas manifestam relações sociais profundas e estabelecem um lugar relativo, ético e humanizado na interação com os usuários em seus singulares modos de andar a vida.

Referências bibliográficas

ALMEIDA-FILHO, N. Modelos de determinação social das doenças crônicas não-transmissíveis. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, p. 865-884, out./dez. 2004. DOI: https://doi.org/10.1590/s1413-81232004000400009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/nnM5F8bTMpzmkj7RGs5xvFF/abstract/?lang=pt. Acesso em: 19 jun. 2026.

AROUCA, S. **O Dilema Preventivista**: contribuição para a compreensão e crítica da medicina preventiva. São Paulo: Unesp; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

AYRES, J. R. de C. M. Georges Canguilhem e a construção do campo da Saúde Coletiva brasileira. **Intelligere, Revista de História Intelectual**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 139-155, 2016. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2447-9020.intelligere.2016.115732. Disponível em: https://revistas.usp.br/revistaintelligere/article/view/115732. Acesso em: 4 set. 2026.

BACHELARD, G. **A epistemologia**. Tradução de Fátima Lourenço Godinho e Mário Carmino Oliveira. Portugal: Editora 70, 2006.

BEZERRA JR., B. O normal e o patológico: uma discussão atual. *In*: SOUZA, A. N.; PITANGUY, J. (org.). **Saúde, corpo e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006. p. 91-109.

BOLTANSKI, L. **As classes sociais e o corpo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

CAMPOS, G. W. de S. Saúde pública e saúde coletiva: campo e núcleo de saberes e práticas. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 219-230, 2000. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-81232000000200002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/mvLNphZL64hdTPL4VBjnrLh/?lang=pt. Acesso em: 4 set. 2026.

CANGUILHEM, G. **O Normal e o Patológico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

CASTAÑON, G. **Introdução à epistemologia**. São Paulo: EPU, 2007.

COELHO, M. T. Á. D.; ALMEIDA FILHO, N de. Normal-patológico, saúde-doença: revisitando Canguilhem. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 13-36, 1999. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-73311999000100002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/physis/a/5gGFwW3mfRVLShg4zq9zw4s/abstract/?lang=pt. Acesso em: 4 set. 2026.

DONNANGELO, M. C. F.; PEREIRA, L. **Saúde e Sociedade**. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

GONZÁLEZ, A. D.; ALMEIDA, M. J. de. Movimentos de mudança na formação em saúde: da medicina comunitária às diretrizes curriculares. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 551-570, 2010. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-73312010000200012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/physis/a/FXZxqhHPjbtqKk6njFnNQ3m/abstract/?lang=pt. Acesso em: 4 set. 2026.

PORTOCARRERO, V. **As ciências da vida**: de Canguilhem a Foucault. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

SOUTO, C. Da teoria da ordem e do progresso à decadência da ideia de progresso: Georges Canguilhem leitor de Auguste Comte. *In*: ARMILIATO, V.; BOCCA, F. V.; GIACOIA JR., O. (org.). **As figuras filosóficas de um pensamento**: Georges Canguilhem em perspectiva. Curitiba: CRV, 2022. p. 149-172.

Publisher

Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Educação Física e Dança. Publicação no Portal de Periódicos UFG. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.